S
UFRJ/IEI
TD26
044608-4

Universidade Federal do Rio de Janeiro

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 26

## O SALÁRIO MÍNIMO E A TAXA DE SALÁRIOS NA ECONOMIA BRASILEIRA: NOVAS EVIDÊNCIAS

João L. M. Saboia

1983

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL

# O SALÁRIO MÍNIMO E A TAXA DE SALÁRIOS NA ECONOMIA BRASILEIRA - NOVAS EVIDÊNCIAS

43 - 016240

*João L. M. Saboia*

*Junho 1983*

anpec
Este trabalho foi impresso com a colaboração da ANPEC e o apoio financeiro do PNPE
PNPE

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

SABOIA, João Luiz Maurity. O salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira; novas evidências. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1983. 52 p. (Texto para discussão, 26).

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

## APRESENTAÇÃO

O texto que se segue apresenta uma discussão sobre o papel do salário mínimo na determinação da taxa de salário no Brasil. Ele corresponde ao terceiro e último texto da pesquisa "O Salário Mínimo: Sua Evolução Histórica e seu Papel na Determinação da Taxa de Salário no Brasil", financiada pelo Programa Nacional de Pesquisa Econômica - PNPE/INPES.

À luz de novos dados procuramos defender o ponto de vista que o salário mínimo desempenhou no passado e continua representando no presente um importante papel na fixação do salário-base dos trabalhadores não qualificados no núcleo dinâmico capitalista da economia brasileira.

Agradecemos inicialmente a colaboração do DIEESE e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, cujo fornecimento de dados foi fundamental para a realização deste trabalho.

Participaram como estagiários nesta parte da pesquisa Richard Faulhaber Trent e Glaucia Baptista Versiani dos Santos, aos quais somos gratos pelo tratamento dos dados e preparação de tabelas. O eficiente trabalho de datilografia foi realizado por Almir Mattos.

## 1. A CONTROVÉRSIA

A recente controvérsia sobre o papel do salário mínimo na determinação da taxa de salário na economia brasileira teve início em 1979, quando Souza e Baltar publicaram um importante artigo criticando a posição defendida anteriormente por Macedo e Garcia.[1] Ela se tornou mais polêmica no ano seguinte, com o comentário de Macedo e Garcia sobre o artigo de Souza e Baltar e a respectiva réplica.[2] Posteriormente, Macedo voltou a defender seu ponto de vista sobre a questão, praticamente reafirmando as mesmas idéias.[3] Finalmente, no ano passado, Wells e Drobny fizeram uma revisão da literatura sobre o tema, procurando manter uma posição neutra sobre o assunto, chegando à conclusão que "a evidência empírica em relação ao papel desempenhado pelo salário mínimo na determinação dos salários dos trabalhadores menos qualificados no setor formal da economia é, até agora, inconclusiva".[4]

Inicialmente, convém observar que a questão abordada por Macedo e Garcia, e depois por Macedo, é mais ampla do que a tratada por Souza e Baltar, na medida em que seu interesse se concentra no papel do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil. Assim, Macedo e Garcia procuram responder a seguinte questão: "De que forma mudanças na política de salário mínimo estariam afetando, ainda que de forma indireta, as classes cujos rendimentos são mais próximos do nível mínimo estabelecido pelo Governo?"[5] Após sua análise chegam a uma conclusão cética sobre a eficácia do salário mínimo, afirmando que "nas discussões sobre o problema da distribuição de renda, o efeito do salário mínimo tem sido superestimado quanto à sua capacidade de agravar ou de aliviar o problema da pobreza".[6]

No artigo de Souza e Baltar a questão tratada é bem mais restrita, uma vez que se analise basicamente o papel do salário mínimo na determinação da taxa de salários, entendida esta última como sendo "o salário - base pago à força de trabalho não-qualificada do núcleo realmente capitalista de uma economia".[7] Neste sentido, a evidência empírica utilizada por Macedo e Garcia, e posteriormente por Macedo, somente poderia ser utilizada parcialmente contra Souza e Baltar.[8] O fato de se encontrar um menor percentual da população com rendimentos até 1 salário mínimo ou em torno deste valor pode ou não ter qualquer relação com a questão tratada por Souza e Baltar. A única fonte de dados utilizada por Macedo e Garcia e por Macedo relevante para a temática da taxa de salário é a Lei dos 2/3.[9] Estes dados, todavia, fo-

ram posteriormente questionados por Wells e Drobny, segundo os quais eles "não são fortemente sugestivos de uma tendência de redução durante o período 1965/74, na proporção de assalariados em torno do mínimo" (10). Desta forma, nos parece que houve uma certa precipitação por parte de Macedo e Garcia ao concluirem que "há diversos indícios de que o salário mínimo vem perdendo importância como padrão de remuneração no mercado de trabalho urbano". (11)

A questão onde surge uma séria divergência entre os autores se refere à forma como se fixa o salário - base na economia, que segundo Souza e Baltar "é determinado internamente ao núcleo capitalista" (12), enquanto que para Macedo é "o salário de subsistência (que) estabelece um piso para os salários no setor capitalista". (13) Deve-se observar, entretanto, que o fato de a taxa de salário ser determinada endogenamente ao núcleo capitalista, não implica obrigatoriamente que ela tenha sido "determinada basicamente, no passado recente, pela política de reajuste do salário mínimo". (14) Para isto é necessário que se produza evidências nesse sentido. Por outro lado, a afirmativa de Souza e Baltar, de que "é o salário-base no núcleo capitalista que serve como um "farol", que orienta as remunerações auferidas pelo restante do pessoal não qualificado, inclusive o ocupado na pequena produção mercantil" (15), embora bastante sugestiva, é de difícil comprovação. Este fato é admitido pelos próprios autores. (16)

Poderíamos afirmar que, embora utilizando argumentos distintos, os autores mencionados concordam que, até a segunda metade da década de sessenta, a taxa de salário seguiu o salário mínimo. A partir de um determinado momento o salário mínimo teria ficado abaixo do nível de subsistência, diminuindo de importância na determinação da taxa de salário para Macedo e Garcia, e permanecendo importante para Souza e Baltar.

O ponto de vista de Macedo está claramente explicitado na seguinte passagem: "Desde o início dos anos 60, o valor do salário mínimo foi reduzido na maioria das regiões desenvolvidas do País e parece que nessas regiões atingiu o piso estabelecido pelo salário de subsistência para as taxas de pagamento no mercado de trabalho. Como consequência, a importância do salário mínimo diminuiu em alguns segmentos do mercado de trabalho brasileiro, e o papel do salário de subsistência na determinação do piso das taxas salariais dos trabalhadores não

UFRJ/FEA - IEI
BIBLIOTECA



qualificados tornou-se mais acentuado". (17)

Embora a evidência empírica utilizada por Souza e Baltar tenha lhes permitido estabelecer uma forte ligação entre o salário mínimo e a taxa de salários, há que se reconhecer que ocorreram algumas dificuldades com os dados a partir do início da década de setenta. (18) Este fato é reconhecido pelos aurores quando mencionam que "entre 1971 e 1976 parece ter havido um "descolamento" do salário dos metalúrgicos não qualificados de São Paulo do salário mínimo legal". (19) Mais adiante, referindo-se aos salários na construção civil, afirmam que "a partir (de 1973) e pelo menos até 1976 é clara a influência de outros fatores tal como se anotou também no caso dos metalúrgicos". (20) Estes fatores, entretanto, não são identificados por Souza e Baltar.

Somos inteiramente favoráveis à opinião que a taxa de salários, conforme definida por Souza e Baltar (21), é efetivamente determinada internamente ao núcleo capitalista da economia. Argumentos teóricos neste sentido podem ser encontrados em Souza. (22) Não podemos conceber como as empresas que constituem o núcleo mais desenvolvido da economia capitalista podessem se sujeitar a uma taxa de salários fixada no setor informal da economia, fora, portanto, de seu controle direto. Resta saber como o salário mínimo poderia ter desempenhado um papel determinante na fixação da taxa de salários.

Em trabalho recente mostramos que já na época de sua criação o salário mínimo foi fixado de modo a institucionalizar os níveis mínimos existentes no período. (23) Em outras palavras, os níveis fixados em 1940 localizavam-se, em geral, entre a mediana e a média dos menores salários existentes.

É claro que o Estado não possui todas as informações para fixar o salário mínimo exatamente no nível mais conveniente ao grande capital. Além disso, o Estado representa simultaneamente os interesses de várias frações do capital, havendo, além disso, períodos em que o movimento sindical se encontra mais organizado, podendo até mesmo interferir na fixação do salário mínimo. O perído que vai de meados da década de cinquenta até o início da década de sessenta, época em que o salário mínimo esteve mais elevado em toda sua história, é um exemplo ilustrativo das contradições que podem ocorrer na fixação do salário mínimo. (24)

"O nível (do salário mínimo) fixado num momento dado será compatível ou não (com o padrão da acumulação do capital). Se o for, terá vigência durante o período; se não, será modificado por variações nos preços, pelo efeito de crises econômicas que interrompem o processo de acumulação, ou inclusive pelo surgimento de movimentos reivindicativos dos trabalhadores".(25)

No Brasil o salário mínimo tem cumprido muito bem o papel de fixar a taxa de salários na economia. A evidência empírica, entretanto, sugere que este papel precisa ser bem qualificado. Enquanto até o início da década de setenta era indiscutível que a taxa de salários seguia exatamente o salário mínimo, dados mais recentes mostram uma pequena diferenciação ocorrida nos últimos anos e localizada em alguns segmentos da economia. Este fato, entretanto, longe de diminuir o importante papel do salário mínimo, reflete, possivelmente, uma maior organização sindical, surgida especialmente a partir da segunda metade da década passada".(26)

É nossa intenção neste artigo apresentar novas evidências que mostram a importância do papel do salário mínimo na fixação da taxa de salários na economia brasileira. Na próxima seção discutiremos alguns dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se constitui na mais importante fonte de dados para o mercado formal de trabalho existente no país. Na seção 3 serão analisados dados sobre pisos salariais negociados por importantes categorias de trabalhadores. Finalmente, são apresentadas as conclusões do trabalho.



NOTAS DA SEÇÃO 1

1. Souza, Paulo Renato e Paulo Eduardo Baltar, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, n. 3, Dezembro de 1979, e Macedo, Roberto B. M. e Manuel Enriquez Garcia, "Observações sobre a Política Brasileira de Salário Mínimo", Trabalho para Discussão, n. 27, IPE/USP, Junho de 1978.

2. Macedo, Roberto B. M. e Manuel Enriquez Garcia, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Comentário", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 10, n. 3, Dezembro de 1980, e Souza, Paulo Renato e Paulo Eduardo Baltar, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Réplica", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 10, n. 3, Dezembro de 1980.

3. Macedo, Roberto, "Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil", Estudos Econômicos, v. 11, n. 1, Março de 1981.

4. Wells, John e Andrés Drobny, "A Distribuição da Renda e o Salário Mínimo no Brasil: Uma Revisão Crítica da Literatura Existente", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 12, n. 3, Dezembro de 1982, p. 911. Neste trabalho eles também mencionam um estudo em andamento sobre o papel do salário mínimo na determinação dos salários na construção civil, ao qual, infelizmente, não tivemos acesso. Os trabalhos mencionados acima não são os únicos a discutir a temática como veremos mais adiante. Trata-se, entretanto, dos textos mais relevantes e polêmicos sobre a questão.

5. Macedo e Garcia, op. cit. p. 5 (grifo nosso).

6. Idem, p. 49 (grifo nosso).

7. Souza e Baltar, op. cit., p. 631.

8. Os dados utilizados por Macedo e Garcia e posteriormente por Macedo são: i) Censos de 1960 e 1970; ii) PNADs de 1968 a 1973; iii) Lei dos 2/3 de 1965 a 1973; iv) Dados do Setor Agrícola de 1960 a 1974.

9. No caso da Lei dos 2/3 são acompanhados os salários na indústria do Rio de Janeiro e de São Paulo, correspondendo, em parte, ao "núcleo realmente capitalista" da economia brasileira.

10. Wells e Drobny, op. cit., p. 906.

11. Macedo e Garcia, op. cit., p. 18.

12. Souza e Baltar, op. cit., p. 632.

13. Macedo, op. cit., p. 53.

14. Souza e Baltar, op. cit., p. 630.

15. Idem, pp. 631/632.

16. Ibidem, p. 641.

17. Macedo, op. cit., p. 53.

18. Souza e Baltar utilizaram dados de salários dos metalúrgicos de São Paulo no período 1956/1976, da construção civil de São Paulo no período 1971/1976, e da indústria automobilística em 1978.

19. Souza e Baltar, op. cit., p. 653.

20. Idem, p. 657.

21. Veja nota 7.

22. Souza, Paulo Renato, "Salário e Mão de Obra Excedente", publicado em Souza, Paulo Renato, "Emprego, Salário e Pobreza", Hucitec - Funcamp, São Paulo, 1980, pp. 7/56, e Souza, Paulo Renato, "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Econômias Atrazadas", Tese de Doutorado, UNICAMP, 1980.

23. Saboia, João L. M., "Evolução Histórica do Salário Mínimo no Brasil (Fixação, Valor Real e Diferenciação Regional)", mimeo, IEI/UFRJ, Junho de 1983, pp. 7/22.

24. Idem, pp. 33/45.

25. Tavares, Maria da Conceição e Paulo Renato Souza, "Emprego e Salários na Indústria", Revista de Economia Política, v. 1, n. 1, Janeiro/Março de 1981, p. 17.

26. Convém recordar que bem antes das modificações na política salarial ocorridas em novembro de 1979 através da Lei 6.708, o movimento sindical já vinha se comportando de maneira cada vez mais atuante.



## 2. AS EVIDÊNCIAS DA RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

Antes de iniciarmos a discussão dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), queremos mais uma vez mencionar a utilização da Lei dos 2/3 feita por Macedo e Garcia[1]. Esta fonte de dados foi criticada por Souza e Baltar[2] e mais recentemente por Wells e Drobny [3]. Estes últimos levantaram a questão que nos parece a mais pertinente, ou seja, que ao longo do período analisado por Macedo e Garcia - 1965/1974 - houve mudança no mês de reajuste do salário mínimo. Assim, até 1968 o salário mínimo era reajustado no mês de março, passando os reajustes para o mês de maio a partir de 1969. Como os dados da Lei dos 2/3 são levantados no mês de abril, seria de se esperar "que a proporção daqueles que ganham em torno do salário mínimo atingisse seu máximo em abril de 1968 e seu mínimo em abril de 1969".[4] "Desta forma, existe "uma discontinuidade nas séries entre 1968 e 1969".[5]

Levando em consideração as observações de Wells e Drobny tabulamos os dados da Lei dos 2/3 para o período 1965/1974. Devido a uma série de inconsistências nos dados de 1974 eliminamos este ano, e apresentamos na Tabela 1 algumas estatísticas relevantes sobre a distribuição dos salários industriais no Rio de Janeiro e em São Paulo.[6]

Ao verificarmos a evolução no período 1965/1968 nota-se uma pequena elevação nos salários médios e medianos e uma pequena diminuição nos percentuais de trabalhadores recebendo até 1,5 e 2 salários mínimos (SM), tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A mesma tendência é observada ao analisarmos o período 1969/1973.

A utilização da média não é adequada devido à influência que a dispersão salarial possui sobre o salário médio. A mediana é mais adequada, mas também apresenta problemas, uma vez que ela também é sensível à abertura do leque salarial.[7]

Com relação ao percentual de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo, o ideal seria calcular quantos ganham exatamente um salário mínimo, ou ligeiramente acima deste valor. Os dados da Lei dos 2/3 entretanto não permitem a obtenção destes valores, de modo que optamos pelos percentuais até 1,5 e 2 SM.[8] De qualquer forma, os dados do Rio de Janeiro e de São Paulo apresentados na Tabela 1 não per

mitem absolutamente que possa concluir pela diminuição da importância do salário mínimo na determinação da taxa de salário na economia brasileira.

Nas Tabelas 2 e 3 são mostradas as mesmas estatísticas para os diversos setores industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo nos anos 1969 e 1973. A tendência observada para o total da indústria é confirmada para os diversos setores industriais. Em apenas seis setores há uma elevação nos percentuais dos trabalhadores recebendo até 1,5 SM no Rio de Janeiro (Bebidas, Fumo, Calçados e Vestuário, Madeira, Gráfica e Couros e Peles) enquanto que em São Paulo este fato ocorre em oito setores (Extrativa Vegetal, Têxtil, Couros e Peles, Borracha, Derivados de Petróleo, Plástico, Metalurgia, e Construção e Reparação de Veículos).

Ao invés de se interpretar os resultados das Tabelas 2 e 3 como correspondendo a uma diminuição da importância do salário mínimo na determinação dos salários dos trabalhadores não qualificados, eles mostram na realidade a enorme importância do salário mínimo. Para isto basta verificar que em 1973 o salário mediano se situava abaixo de 2 SM em 16 setores industriais do Rio de Janeiro e 14 setores industriais de São Paulo, para um total de 23 setores pesquisados. Por outro lado, os elevadíssimos percentuais de trabalhadores recebendo até 1,5 ou 2 SM na grande maioria dos setores industriais do Rio de Janeiro e de São Paulo são um dado adicional da enorme importância do salário mínimo na fixação da taxa de salário no setor formal da economia.

-o-o-o-o-o-o-o-

A partir de 1976 todos os estabelecimentos regularmente registrados passaram a ser obrigados a preencher uma vez ao ano a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com dados sobre todos os empregados com os quais foram mantidos vínculos empregatícios. Na prática, os dados da RAIS vieram substituir de forma mais eficiente os dados levantados anteriormente pela Lei dos 2/3. A cobertura da RAIS foi aumentando ao longo do tempo, passando de cerca de 11 milhões de trabalhadores em 1976 para aproximadamente 17 milhões em 1981.(9) Podemos afirmar que a RAIS fornece a melhor aproximação conhecida para o chamado mercado formal de trabalho no Brasil, com informações indiscutivelmente superiores às da Lei dos 2/3.(10)



Para efeito de nosso trabalho, optamos pela utilização dos dados da RAIS apenas para o ano de 1976. A razão é muito simples. Embora a cobertura da RAIS seja maior para anos mais recentes, somente para os dados de 1976 foram apresentadas tabulações onde, além de se considerar os diversos salários mínimos regionais, são também mostrados os percentuais de trabalhadores que recebem exatamente 1 salário mínimo.(11) Este conjunto de dados está apresentado nas Tabelas 4 a 17.(12)

Nas Tabelas 4 e 5 é apresentada a distribuição segundo os diversos Estados e Territórios do país. Destacam-se imediatamente os elevados percentuais de trabalhadores que recebem exatamente 1 salário mínimo na Região Nordeste, chegando a atingir um terço dos trabalhadores do Ceará. Estes percentuais decrescem para as regiões mais desenvolvidas do país, atingindo apenas 7,9% dos trabalhadores de São Paulo. Convém, todavia, observar que mesmo nos estados do Centro-Sul os percentuais de trabalhadores recebendo 1 SM são ponderáveis, atingindo 23,3% em Minas Gerais. Para o total do país este percentual é de 18,1%.

Passando-se aos dados acumulados observa-se que em todos os Estados da Região Nordeste mais da metade dos trabalhadores recebiam até 1,5 SM em 1976. Apenas São Paulo e o Distrito Federal apresentavam menos de 40% dos trabalhadores nesta faixa (32,1% em São Paulo e 37,0% no Distrito Federal)(13). No conjunto do país este percentual era relativamente alto — 41,3%. Verifica-se, portanto, que os percentuais de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo no setor formal em todos os estados/territórios do país é considerável, inclusive nas regiões mais desenvolvidas

As Tabelas 6 e 7 apresentam a distribuição salarial por setor da economia. Como se pode verificar, os salários no comércio e na agricultura são mais baixos do que na indústria e serviços. Mesmo na indústria, 37,3% dos trabalhadores recebem até 1,5 SM e 54,5% até 2 SM.

Os diversos setores industriais estão detalhados nas Tabelas 8 e 9. Verifica-se com nitidez que os percentuais de trabalhadores recebendo exatamente 1 SM nos setores industriais mais modernos são insignificantes. Como exemplos podemos considerar a Metal-Mecânica(Metalurgia, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicação, e Material de Transporte), onde estes percentuais não atingem 4% dos trabalhadores. Situação semelhante ocorre na indústria Química e Farmacêutica. Os se

tores tradicionais, entretanto, remuneram uma parcela considerável de seus trabalhadores segundo o salário mínimo (ex.: Madeira, Vestuário, Calçados e Tecidos, e Produtos Alimentares).

O setor industrial onde são encontados os menores percentuais de trabalhadores com baixos salários é o de Material de Transporte, onde somente 12,7% dos trabalhadores recebem até 1,5 SM e 26,2% até 2 SM. Em apenas quatro outros setores podem ser encontrados menos de 40% dos trabalhadores recebendo até 2 SM (Mecânica, Química, Farmacêutica e Utilidade Pública). Estes dados, ao invés de serem interpretados como significando uma diminuição da importância do salário mínimo na determinação da taxa de salário, mostram, pelo contrário, que na quase totalidade dos setores industriais salários em torno do salário mínimo se constituem na regra. As exceções serão discutidas com mais detalhe na seção 3, quando abordarmos a questão dos pisos salariais.

Nas Tabelas 10 a 13 é mostrada a distribuição dos salários segundo o tamanho dos estabelecimentos. Inicialmente consideramos toda a economia (Tabelas 10 e 11) e posteriormente a indústria (Tabelas 12 e 13).[14] Como se pode verificar, o percentual de trabalhadores que recebem o salário mínimo decresce com o tamanho do estabelecimento, representando 38,6% para os estabelecimentos até 5 empregados e apenas 4,8% para aqueles com 1.000 ou mais empregados. Se identificarmos os grandes estabelecimentos com o núcleo dinâmico da economia[15], notamos que também aí existe um grande número de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo. Assim, nos estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados encontramos 21,3% dos trabalhadores recebendo até 1,5 SM e 36,5% até 2 SM. Estes percentuais são respectivamente 34,5% e 52,7% para os estabelecimentos entre 500 e 1.000 empregados.

Passando-se à análise dos estabelecimentos industriais não se observa grandes modificações no quadro. Embora poucos trabalhadores recebam exatamente 1 SM nos maiores estabelecimentos, 20,5% recebem até 1,5 SM e 37,1% até 2 SM. No caso dos estabelcimentos entre 500 e 1.000 empregados os percentuais são 33,0% e 52,7% respectivamente (Tabelas 12 e 13).

Finalmente, os dados da RAIS permitem ainda a verificação da distribuição salarial segundo o nível de instrução dos trabalhadores. Neste caso, poderíamos identificar os trabalhadores não qualificados com os analfabetos, ou ainda aqueles que possuem alfabetização elementar ou apenas as primeiras séries do 1º grau.[16] As Tabelas 14 e 15 mostram esta distribuição para o conjunto dos trabalhadores levantados pela RAIS. Destacam-se com nitidez os elevados percentuais de trabalhadores não qualificados que recebem 1 SM. Entre os analfabetos são 29,5% e entre aqueles com analfabetização elementar 22,5%. Recebendo até 1,5 SM encontramos 62,6% dos analfabetos e 60,4% com alfabetização elementar. Até 2 SM estes dois grupos possuem 76,1% e 76,7% respectivamente de trabalhadores. Ainda no caso dos trabalhadores com 1º grau incompleto os percentuais recebendo em torno do salário mínimo são também elevadíssimos.



Não ocorrem modificações substanciais para os trabalhadores industriais não qualificados. As tabelas 16 e 17 apresentam a distribuição dos salários industriais por grau de instrução. Entre os analfabetos 30,6% recebem exatamente 1 SM e entre os que possuem apenas alfabetização elementar este percentual é de 18,2%. Considerando-se o percentual de trabalhadores analfabetos recebendo até 1,5 SM encontramos 64,9% e até 2 SM 79,2%. No caso dos trabalhadores com alfabetização elementar temos 54,2% e 72,2% respectivamente.

Concluindo esta seção podemos afirmar que os elevados percentuais de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo são generalizados, tanto regionalmente, quanto setorialmente (inclusive na indústria). O mesmo fenômeno se verifica tanto nos pequenos quanto nos médios e grandes estabelecimentos. Ao identificarmos os trabalhadores não qualificados com aqueles que possuem um menor grau de escolaridade estes resultados ficam ainda mais nítidos. Apenas em alguns poucos setores industriais foram encontrados baixos percentuais de trabalhadores recebendo em torno do salário mínimo. Desta forma, os dados da RAIS fornecem uma evidência adicional do importante papel do salário mínimo na determinação da taxa de salário na economia brasileira no passado recente.

TABELA 1 - SALÁRIO MÉDIO E MEDIANO E PERCENTAGEM DE SALÁRIOS ATÉ 1,5 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS NA INDÚSTRIA - RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO - 1965/1973.

| ANO | RIO DE JANEIRO | | | | SÃO PAULO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2.0 S.M. | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2,0 S.M. |
| 1965 | 1,53 | 1,15 | 71,2 | 82,3 | 1,63 | 1,21 | 66,0 | 78,4 |
| 1966 | 1,70 | 1,21 | 66,3 | 80,1 | 1,69 | 1,26 | 65,1 | 79,5 |
| 1967 | 1,80 | 1,24 | 64,5 | 78,1 | 1,86 | 1,32 | 61,0 | 74,3 |
| 1968 | 1,84 | 1,28 | 61,9 | 76,0 | 2,02 | 1,40 | 56,7 | 70,7 |
| 1969 | 2,37 | 1,59 | 48,6 | 63,2 | 2,55 | 1,78 | 42,6 | 58,6 |
| 1970 | 2,36 | 1,69 | 45,3 | 62,1 | 2,67 | 1,81 | 40,3 | 57,3 |
| 1971 | 2,40 | 1,64 | 45,5 | 64,0 | 2,62 | 1,74 | 43,2 | 59,9 |
| 1972 | 2,58 | 1,68 | 44,9 | 61,7 | 2,80 | 1,78 | 41,6 | 57,5 |
| 1973 | 2,68 | 1,72 | 41,8 | 60,1 | 3,03 | 1,92 | 37,0 | 53,2 |

Fonte: Boletim Técnico, Ministério do Trabalho, diversos exemplares.

OBS. : O salário mínimo (S.M.) considerado é o valor do mês de abril de cada ano. O salário mediano e as percentagens foram calculadas por interpolação linear.

TABELA 2 - SALÁRIO MÉDIO E MEDIANO E PORCENTAGEM DE SALÁRIOS ATÉ 1,5 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS POR SETOR INDUSTRIAL - RIO DE JANEIRO - 1969 E 1973

| Setores Industriais | 1969 | | | | 1973 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2,0 S.M. | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2,0 S.M. |
| Extrativa Vegetal | - | - | - | - | 4,65 | 2,93 | 17,6 | 33,7 |
| Extrativa Mineral | 1,46 | 1,23 | 66,8 | 82,7 | 2,07 | 1,64 | 43,3 | 64,3 |
| Prods. Alimentícios | 1,74 | 1,30 | 67,5 | 79,0 | 2,08 | 1,42 | 58,2 | 74,9 |
| Bebidas | 2,82 | 2,60 | 25,0 | 33,1 | 4,36 | 2,09 | 35,1 | 47,8 |
| Fumo | 3,61 | 2,81 | 6,3 | 14,9 | 4,05 | 3,19 | 7,6 | 11,5 |
| Têxtil, Fiação, Tecelagem | 2,05 | 1,47 | 51,0 | 65,0 | 2,44 | 1,59 | 46,7 | 62,3 |
| Calçados e Vestuário | 1,68 | 1,37 | 54,2 | 75,2 | 1,89 | 1,42 | 55,5 | 83,8 |
| Madeira | 2,07 | 1,76 | 40,9 | 58,1 | 2,02 | 1,49 | 50,3 | 64,9 |
| Mobiliário | 1,86 | 1,50 | 49,7 | 67,0 | 1,95 | 1,60 | 46,2 | 63,8 |
| Papel e Papelão | 1,83 | 1,34 | 56,9 | 72,3 | 2,02 | 1,41 | 55,9 | 69,8 |
| Gráfica | 2,73 | 2,14 | 27,3 | 45,2 | 3,20 | 2,14 | 31,6 | 45,7 |
| Couros e Peles | 1,81 | 1,34 | 60,5 | 69,4 | 2,32 | 1,34 | 62,9 | 70,0 |
| Artefatos de Borracha | 1,68 | 1,31 | 63,1 | 76,0 | 2,07 | 1,43 | 54,3 | 74,9 |
| Química e Farmacêutica | 3,38 | 1,98 | 36,4 | 50,6 | 3,66 | 1,92 | 35,6 | 51,5 |
| Derivados de Petróleo e Hulha | 5,57 | 4,12 | 6,6 | 10,6 | 6,75 | 4,83 | 5,0 | 15,5 |
| Artefatos de Plástico | 1,93 | 1,37 | 58,0 | 72,0 | 2,77 | 1,45 | 53,3 | 66,6 |
| Prods. Minerais Não Metálicos | 2,01 | 1,66 | 43,4 | 64,6 | 2,27 | 1,77 | 36,3 | 59,9 |
| Metalúrgica | 2,27 | 1,55 | 46,7 | 62,2 | 2,76 | 1,89 | 23,7 | 52,7 |
| Mec. e Mat. Eletr. Eletrônico | 2,84 | 1,81 | 40,0 | 55,5 | 2,95 | 1,84 | 35,7 | 54,0 |
| Constr. Repar. Veículos | 2,70 | 2,08 | 29,9 | 46,1 | 3,39 | 2,36 | 24,4 | 38,7 |
| Construção Civil | 2,28 | 1,36 | 53,8 | 65,1 | 2,46 | 1,75 | 44,6 | 59,0 |
| Prod. Energia Elétrica | 4,48 | 3,57 | 4,8 | 19,3 | 7,08 | 5,40 | 2,6 | 5,9 |
| Diversas | 2,17 | 1,36 | 56,2 | 68,1 | 2,52 | 1,57 | 47,9 | 61,6 |
| TOTAL | 2,37 | 1,59 | 47,1 | 61,3 | 2,68 | 1,72 | 42,2 | 58,8 |

Fonte: Boletim Técnico, Ministério do Trabalho, diversos exemplares.

OBS. : O salário mínimo (S.M.) considerado é o valor do mês de abril de cada ano. O salário mediano e as percentagens foram calculadas por interpolação linear.

TABELA 3 - SALÁRIO MÉDIO E MEDIANO E PORCENTAGEM DE SALÁRIOS ATÉ 1,5 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS POR SETOR INDUSTRIAL - SÃO PAULO - 1969 E 1973

| Setores Industriais | 1969 | | | | 1973 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2,0 S.M. | Salário Médio (em S.M.) | Salário Mediano (em S.M.) | % Até 1,5 S.M. | % Até 2,0 S.M. |
| Extrativa Vegetal | 1,45 | 1,20 | 70,7 | 82,4 | 1,50 | 1,11 | 73,5 | 87,4 |
| Extrativa Mineral | 1,88 | 1,38 | 55,8 | 70,2 | 2,48 | 1,51 | 49,6 | 68,6 |
| Prods. Alimentícios | 1,97 | 1,43 | 54,4 | 70,6 | 2,43 | 1,54 | 47,8 | 67,5 |
| Bebidas | 2,34 | 1,73 | 42,2 | 58,0 | 3,02 | 1,87 | 40,1 | 52,1 |
| Fumo | 2,92 | 2,46 | 12,3 | 31,3 | 3,83 | 2,79 | 11,7 | 23,0 |
| Têxtil, Fiação, Tecelagem | 1,99 | 1,66 | 43,0 | 64,6 | 2,30 | 1,64 | 45,2 | 62,5 |
| Calçados e Vestuário | 1,60 | 1,27 | 67,2 | 79,1 | 1,93 | 1,37 | 59,4 | 74,7 |
| Madeira | 1,87 | 1,43 | 52,8 | 67,7 | 2,31 | 1,53 | 49,1 | 65,1 |
| Mobiliário | 2,17 | 1,55 | 47,9 | 62,3 | 2,39 | 1,70 | 44,1 | 58,5 |
| Papel e Papelão | 2,46 | 1,86 | 35,1 | 55,7 | 2,97 | 1,97 | 35,1 | 50,9 |
| Gráfica | 2,61 | 2,04 | 34,8 | 48,9 | 3,54 | 2,19 | 32,5 | 45,0 |
| Couros e Peles | 1,61 | 1,33 | 57,9 | 76,6 | 1,75 | 1,36 | 59,0 | 73,0 |
| Artefatos de Borracha | 2,93 | 2,23 | 33,3 | 45,0 | 3,22 | 2,09 | 34,8 | 48,5 |
| Química e Farmacêutica | 3,71 | 2,26 | 25,8 | 42,1 | 4,75 | 2,49 | 22,4 | 38,5 |
| Derivados do Petróleo e Hulha | 7,13 | 6,19 | 5,5 | 10,4 | 7,56 | 5,85 | 7,3 | 13,6 |
| Artefatos de Plástico | 2,07 | 1,44 | 53,5 | 68,3 | 2,42 | 1,44 | 54,1 | 69,0 |
| Prods. Minerais Não Metálicos | 2,14 | 1,48 | 51,0 | 66,9 | 2,48 | 1,58 | 47,0 | 64,0 |
| Metalúrgica | 3,01 | 2,32 | 21,8 | 39,2 | 3,39 | 2,34 | 25,7 | 41,6 |
| Mec. e Mat. Eletr. Eletrônico | 2,86 | 2,04 | 32,5 | 48,9 | 3,41 | 2,11 | 32,2 | 47,3 |
| Constr. Repar. Veículos | 4,60 | 3,75 | 11,8 | 18,4 | 5,21 | 3,90 | 15,5 | 21,9 |
| Construção Civil | 1,94 | 1,41 | 53,7 | 68,6 | 2,34 | 1,73 | 44,1 | 59,0 |
| Prod. Energia Elétrica | 3,47 | 2,24 | 23,8 | 41,6 | 5,63 | 3,67 | 5,4 | 17,3 |
| Diversas | 2,11 | 1,42 | 55,2 | 69,4 | 2,43 | 1,47 | 51,7 | 70,5 |
| TOTAL | 2,55 | 1,78 | 40,7 | 56,5 | 3,03 | 1,92 | 37,3 | 52,0 |

Fonte: Boletim Técnico, Ministério do Trabalho, diversos exemplares.

OBS. : O salário mínimo (S.M.) considerado é o valor do mês de abril de cada ano. O salário mediano e as percentagens foram calculadas por interpolação linear.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO - ESTADOS/TERRITÓRIOS - 1976

| Estados/Territórios | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Rondônia | 8.752 | 12,4 | 10,9 | 2,7 | 21,7 | 15,0 | 25,7 | 11,6 |
| Acre | 3.942 | 5,4 | 21,5 | 3,6 | 19,8 | 16,0 | 22,2 | 11,5 |
| Amazonas | 68.727 | 4,5 | 15,7 | 4,0 | 21,9 | 13,3 | 27,9 | 12,7 |
| Roraima | 6.753 | 1,3 | 1,8 | 2,4 | 12,8 | 12,9 | 54,2 | 14,6 |
| Pará | 104.983 | 6,5 | 23,2 | 4,3 | 17,7 | 12,5 | 23,4 | 12,4 |
| Amapá | 6.329 | 7,0 | 12,8 | 3,2 | 23,2 | 13,4 | 23,3 | 17,1 |
| Maranhão | 46.222 | 10,5 | 23,4 | 2,1 | 23,3 | 9,9 | 19,1 | 11,7 |
| Piauí | 36.072 | 10,2 | 31,8 | 1,8 | 15,9 | 11,5 | 18,1 | 10,7 |
| Ceará | 175.487 | 8,5 | 33,5 | 2,6 | 16,9 | 8,5 | 19,4 | 10,6 |
| Rio Grande do Norte | 59.506 | 6,1 | 28,3 | 1,9 | 23,5 | 11,5 | 17,9 | 10,8 |
| Paraíba | 103.622 | 4,8 | 31,2 | 3,4 | 17,4 | 9,9 | 18,8 | 14,5 |
| Pernambuco | 349.441 | 6,6 | 19,5 | 4,8 | 19,8 | 14,5 | 24,0 | 10,8 |
| Alagoas | 69.949 | 5,3 | 25,4 | 4,8 | 17,6 | 14,5 | 21,3 | 11,1 |
| Sergipe | 48.573 | 9,0 | 23,6 | 2,8 | 18,3 | 11,3 | 22,9 | 12,1 |
| Bahia | 370.763 | 6,4 | 16,0 | 2,7 | 17,5 | 13,7 | 29,1 | 14,6 |
| Minas Gerais | 1.007.829 | 5,5 | 23,3 | 4,9 | 19,4 | 12,4 | 24,4 | 10,1 |
| Espírito Santo | 153.722 | 4,4 | 19,0 | 3,9 | 17,9 | 14,1 | 29,6 | 11,1 |
| Rio de Janeiro | 1.909.076 | 4,4 | 13,3 | 4,2 | 19,2 | 13,9 | 30,6 | 14,4 |
| São Paulo | 4.424.159 | 3,5 | 7,9 | 3,1 | 17,6 | 17,7 | 35,5 | 14,7 |
| Paraná | 620.289 | 6,6 | 14,3 | 8,5 | 21,3 | 13,6 | 27,4 | 8,3 |
| Santa Catarina | 387.032 | 5,6 | 16,1 | 6,0 | 21,6 | 18,8 | 24,7 | 7,2 |
| Rio Grande do Sul | 924.815 | 5,8 | 11,5 | 5,9 | 23,3 | 16,8 | 27,7 | 9,0 |
| Mato Grosso | 77.123 | 7,1 | 15,7 | 4,8 | 20,1 | 14,9 | 25,4 | 12,0 |
| Goiás | 136.907 | 6,2 | 22,0 | 3,7 | 19,3 | 12,6 | 24,6 | 11,6 |
| Distrito Federal | 173.767 | 4,0 | 12,0 | 4,0 | 17,0 | 17,8 | 29,9 | 15,3 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 13,4 | 4,2 | 19,0 | 15,5 | 30,4 | 12,8 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO - ESTADOS/TERRITÓRIOS - 1976

| Estados/Territórios | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Rondônia | 8.752 | 12,4 | 23,3 | 26,0 | 47,7 | 62,7 | 88,4 | 100,0 |
| Acre | 3.942 | 5,4 | 26,9 | 30,5 | 50,3 | 66,3 | 88,5 | 100,0 |
| Amazonas | 68.727 | 4,5 | 20,2 | 24,2 | 46,1 | 59,4 | 87,3 | 100,0 |
| Roraima | 6.753 | 1,3 | 3,1 | 5,5 | 18,3 | 31,2 | 85,4 | 100,0 |
| Pará | 104.983 | 6,5 | 29,7 | 34,0 | 51,7 | 64,2 | 87,6 | 100,0 |
| Amapá | 6.329 | 7,0 | 19,8 | 23,0 | 46,2 | 59,6 | 82,9 | 100,0 |
| Maranhão | 46.222 | 10,5 | 33,9 | 36,0 | 59,3 | 69,2 | 88,3 | 100,0 |
| Piauí | 36.072 | 10,2 | 42,0 | 43,8 | 59,7 | 71,2 | 89,3 | 100,0 |
| Ceará | 175.487 | 8,5 | 42,0 | 44,6 | 61,5 | 70,0 | 89,4 | 100,0 |
| Rio Grande do Norte | 59.506 | 6,1 | 34,4 | 36,3 | 59,8 | 71,3 | 89,2 | 100,0 |
| Paraíba | 103.622 | 4,8 | 36,0 | 39,4 | 56,8 | 66,7 | 85,5 | 100,0 |
| Pernambuco | 349.441 | 6,6 | 26,1 | 30,9 | 50,7 | 65,2 | 89,2 | 100,0 |
| Alagoas | 69.949 | 5,3 | 30,7 | 35,5 | 53,1 | 67,6 | 88,9 | 100,0 |
| Sergipe | 48.573 | 9,0 | 32,6 | 35,4 | 53,7 | 65,0 | 87,9 | 100,0 |
| Bahia | 370.763 | 6,4 | 22,4 | 25,1 | 42,6 | 56,3 | 85,4 | 100,0 |
| Minas Gerais | 1.007.829 | 5,5 | 28,8 | 33,7 | 53,1 | 65,5 | 89,9 | 100,0 |
| Espírito Santo | 153.722 | 4,4 | 23,4 | 27,3 | 45,2 | 59,3 | 88,9 | 100,0 |
| Rio de Janeiro | 1.909.076 | 4,4 | 17,7 | 21,9 | 41,1 | 55,0 | 85,6 | 100,0 |
| São Paulo | 4.424.159 | 3,5 | 11,4 | 14,5 | 32,1 | 49,8 | 85,3 | 100,0 |
| Paraná | 620.289 | 6,6 | 20,9 | 29,4 | 50,7 | 64,3 | 91,7 | 100,0 |
| Santa Catarina | 387.032 | 5,6 | 21,7 | 27,7 | 49,3 | 68,1 | 92,8 | 100,0 |
| Rio Grande do Sul | 924.815 | 5,8 | 17,3 | 23,2 | 46,5 | 63,3 | 91,0 | 100,0 |
| Mato Grosso | 77.123 | 7,1 | 22,8 | 27,6 | 47,7 | 62,6 | 88,0 | 100,0 |
| Goiás | 136.907 | 6,2 | 28,2 | 31,9 | 51,2 | 63,8 | 88,4 | 100,0 |
| Distrito Federal | 173.767 | 4,0 | 16,0 | 20,0 | 37,0 | 54,8 | 84,7 | 100,0 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 18,1 | 22,3 | 41,3 | 56,8 | 87,2 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR SETORES DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Setores da Indústria | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Extraç. Minerais | 82.645 | 3,0 | 13,9 | 3,8 | 23,4 | 20,3 | 25,8 | 9,8 |
| Prod. Minerais não Metálicos | 253.262 | 4,5 | 17,3 | 4,0 | 22,4 | 17,9 | 26,4 | 7,5 |
| Metalúrgica | 535.988 | 2,7 | 3,8 | 2,6 | 16,7 | 19,1 | 39,7 | 15,4 |
| Mecânica | 317.780 | 2,2 | 1,8 | 1,9 | 11,0 | 16,2 | 45,1 | 21,8 |
| Mat. Elétrico e Comunic. | 241.498 | 2,7 | 1,9 | 2,2 | 17,8 | 20,1 | 35,8 | 19,5 |
| Material de Transporte | 324.951 | 1,7 | 1,4 | 1,0 | 8,6 | 13,5 | 49,5 | 24,3 |
| Madeira | 174.168 | 7,2 | 25,0 | 7,9 | 25,8 | 13,5 | 16,3 | 4,3 |
| Mobiliário | 128.526 | 5,1 | 16,5 | 5,2 | 20,9 | 16,5 | 30,9 | 4,9 |
| Papel e Papelão | 106.331 | 3,3 | 10,0 | 3,4 | 19,9 | 17,3 | 33,1 | 13,0 |
| Borracha | 52.739 | 2,8 | 7,4 | 1,4 | 20,2 | 19,1 | 36,7 | 12,4 |
| Couros, Peles e Similares | 41.162 | 7,6 | 17,8 | 6,7 | 30,1 | 15,9 | 16,6 | 5,3 |
| Química | 148.986 | 2,1 | 4,4 | 1,7 | 12,0 | 16,3 | 40,8 | 22,7 |
| Prod. Farmac. e Veterinários | 59.119 | 2,2 | 4,6 | 2,0 | 17,7 | 13,3 | 31,5 | 28,7 |
| Perfumaria, Sabão e Velas | 26.456 | 4,2 | 9,6 | 2,7 | 19,6 | 13,5 | 32,8 | 17,6 |
| Prod. Mat. Plásticas | 107.756 | 4,4 | 10,4 | 5,3 | 26,8 | 19,3 | 24,0 | 9,8 |
| Têxtil | 424.229 | 5,5 | 10,9 | 3,9 | 25,5 | 19,1 | 27,9 | 7,2 |
| Vestuário, Calçados, Tecidos | 285.823 | 7,1 | 24,8 | 5,9 | 28,5 | 16,6 | 13,8 | 3,3 |
| Prod. Alimentares | 454.478 | 4,5 | 23,4 | 6,4 | 21,6 | 16,5 | 20,9 | 6,7 |
| Bebidas e Álcool Etílico | 74.710 | 3,0 | 15,8 | 2,5 | 17,9 | 15,2 | 36,2 | 9,4 |
| Fumo | 18.017 | 1,5 | 18,8 | 0,9 | 10,7 | 15,2 | 44,5 | 8,4 |
| Editorial e Gráfica | 123.454 | 5,0 | 8,8 | 2,9 | 18,1 | 14,5 | 36,4 | 14,3 |
| Diversas | 154.164 | 3,6 | 9,0 | 3,3 | 17,2 | 13,5 | 30,3 | 23,1 |
| Construção Civil | 881.870 | 3,1 | 6,8 | 3,4 | 23,2 | 19,1 | 35,1 | 9,3 |
| Utilidade Pública | 103.232 | 1,7 | 2,5 | 1,7 | 10,7 | 12,8 | 44,1 | 26,5 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 10,2 | 3,6 | 19,8 | 17,2 | 32,8 | 12,7 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR SETORES DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Setores da Indústria | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Extraç. Minerais | 82.645 | 3,0 | 16,9 | 20,7 | 44,1 | 64,4 | 90,2 | 100,0 |
| Prod. Minerais não Metálicos | 253.262 | 4,5 | 21,8 | 25,8 | 48,2 | 66,1 | 92,5 | 100,0 |
| Metalúrgica | 535.988 | 2,7 | 6,5 | 9,1 | 25,8 | 44,9 | 84,6 | 100,0 |
| Mecânica | 317.780 | 2,2 | 4,0 | 5,9 | 16,9 | 33,1 | 78,2 | 100,0 |
| Mat. Elétrico e Comunic. | 241.498 | 2,7 | 4,6 | 6,8 | 24,6 | 44,7 | 80,5 | 100,0 |
| Material de Transporte | 324.951 | 1,7 | 3,1 | 4,1 | 12,7 | 26,2 | 75,7 | 100,0 |
| Madeira | 174.168 | 7,2 | 32,2 | 40,1 | 65,9 | 79,4 | 95,7 | 100,0 |
| Mobiliário | 128.526 | 5,1 | 21,6 | 26,8 | 47,7 | 64,2 | 95,1 | 100,0 |
| Papel e Papelão | 106.331 | 3,3 | 13,3 | 16,7 | 36,6 | 53,9 | 87,0 | 100,0 |
| Borracha | 52.739 | 2,8 | 10,2 | 11,6 | 31,8 | 50,9 | 87,6 | 100,0 |
| Couros, Peles e Similares | 41.162 | 7,6 | 25,4 | 32,1 | 62,2 | 78,1 | 94,7 | 100,0 |
| Química | 148.986 | 2,1 | 6,5 | 8,2 | 20,2 | 36,5 | 77,3 | 100,0 |
| Prod. Farmac. e Veterinários | 59.119 | 2,2 | 6,8 | 8,8 | 26,5 | 39,8 | 71,3 | 100,0 |
| Perfumaria, Sabão e Velas | 26.456 | 4,2 | 13,8 | 16,5 | 36,1 | 49,6 | 82,4 | 100,0 |
| Prod. Mat. Plásticas | 107.756 | 4,4 | 14,8 | 20,1 | 46,9 | 66,2 | 90,2 | 100,0 |
| Têxtil | 424.229 | 5,5 | 16,4 | 20,3 | 45,8 | 64,9 | 92,8 | 100,0 |
| Vestuário, Calçados, Tecidos | 285.823 | 7,1 | 31,9 | 37,8 | 66,3 | 82,9 | 96,7 | 100,0 |
| Prod. Alimentares | 454.478 | 4,5 | 27,9 | 34,3 | 55,9 | 72,4 | 93,3 | 100,0 |
| Bebidas e Álcool Etílico | 74.710 | 3,0 | 18,8 | 21,3 | 39,2 | 54,4 | 90,6 | 100,0 |
| Fumo | 18.017 | 1,5 | 20,3 | 21,2 | 31,9 | 47,1 | 91,6 | 100,0 |
| Editorial e Gráfica | 123.454 | 5,0 | 13,8 | 16,7 | 34,8 | 49,3 | 85,7 | 100,0 |
| Diversas | 154.164 | 3,6 | 12,6 | 15,9 | 33,1 | 46,6 | 76,9 | 100,0 |
| Construção Civil | 881.870 | 3,1 | 9,9 | 13,3 | 36,5 | 55,6 | 90,7 | 100,0 |
| Utilidade Pública | 103.232 | 1,7 | 4,2 | 5,9 | 16,6 | 29,4 | 73,5 | 100,0 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 13,9 | 17,5 | 37,3 | 54,5 | 87,3 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR SETOR - BRASIL - 1976

| Setores | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 10,2 | 3,6 | 19,8 | 17,2 | 32,8 | 12,7 |
| Comércio | 1.507.859 | 5,1 | 24,0 | 5,4 | 21,2 | 14,4 | 22,4 | 7,5 |
| Agropecuária | 99.094 | 9,1 | 22,7 | 9,3 | 23,8 | 14,9 | 14,9 | 5,3 |
| Serviços | 3.087.765 | 5,2 | 13,2 | 4,4 | 17,2 | 14,0 | 30,8 | 15,2 |
| Adm. Pública | 503.394 | 9,7 | 14,0 | 5,1 | 17,4 | 11,8 | 28,3 | 13,7 |
| Outras atividades | 92.542 | 3,3 | 9,0 | 4,8 | 25,4 | 16,2 | 29,3 | 12,0 |
| Ativ. não declaradas | 877.375 | 5,3 | 14,1 | 3,5 | 16,7 | 14,6 | 31,7 | 14,1 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 13,4 | 4,2 | 19,0 | 15,5 | 30,4 | 12,8 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR SETOR - BRASIL - 1976

| Setores | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 13,9 | 17,5 | 37,3 | 54,5 | 87,3 | 100,0 |
| Comércio | 1.507.859 | 5,1 | 29,1 | 34,5 | 55,7 | 70,1 | 92,5 | 100,0 |
| Agropecuária | 99.094 | 9,1 | 31,8 | 41,1 | 64,9 | 79,8 | 94,7 | 100,0 |
| Serviços | 3.087.765 | 5,2 | 18,4 | 22,8 | 40,0 | 54,0 | 84,8 | 100,0 |
| Adm. Pública | 503.394 | 9,7 | 23,7 | 28,8 | 46,2 | 58,0 | 86,3 | 100,0 |
| Outras atividades | 92.542 | 3,3 | 12,3 | 17,1 | 42,5 | 58,7 | 88,0 | 100,0 |
| Ativ. não declaradas | 877.375 | 5,3 | 19,4 | 22,9 | 39,6 | 54,2 | 85,9 | 100,0 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 18,1 | 22,3 | 41,3 | 56,8 | 87,2 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - BRASIL - 1976

| Tamanho do estabelecimento (2) | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Menos de 1 empregado | 90.421 | 4,8 | 46,7 | 6,8 | 16,6 | 10,4 | 12,7 | 2,0 |
| 1 a 5 | 755.411 | 7,2 | 38,6 | 6,5 | 18,8 | 11,3 | 14,7 | 2,9 |
| 5 a 10 | 609.722 | 6,6 | 28,0 | 6,1 | 20,9 | 13,5 | 19,7 | 5,2 |
| 10 a 20 | 781.321 | 6,2 | 20,6 | 5,5 | 20,7 | 14,7 | 24,2 | 8,1 |
| 20 a 50 | 1.261.903 | 5,6 | 15,0 | 5,1 | 20,7 | 15,2 | 27,5 | 10,9 |
| 50 a 100 | 1.108.107 | 5,0 | 11,8 | 4,6 | 21,6 | 16,2 | 28,7 | 12,1 |
| 100 a 250 | 1.546.550 | 4,4 | 9,7 | 4,4 | 22,4 | 17,1 | 29,3 | 12,7 |
| 250 a 500 | 1.202.124 | 4,0 | 8,5 | 3,9 | 21,9 | 17,7 | 30,6 | 13,2 |
| 500 a 1000 | 1.122.208 | 3,2 | 8,0 | 3,4 | 19,9 | 18,2 | 33,0 | 14,3 |
| 1000 e mais | 2.308.212 | 2,6 | 4,8 | 1,7 | 12,2 | 15,2 | 43,2 | 20,3 |
| Total setor privado(3) | 10.785.979 | 4,5 | 13,4 | 4,1 | 19,1 | 15,7 | 30,5 | 12,7 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior da classe.

(2) As classes de tamanho do estabelecimento também incluem o limite superior.

(3) Estão excluídos os estabelecimentos da Administração Pública.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - BRASIL - 1976.

| Tamanho do estabelecimento (2) | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Menos de 1 empregado | 90.421 | 4,8 | 51,5 | 58,3 | 74,9 | 85,3 | 98,0 | 100,0 |
| 1 a 5 | 755.411 | 7,2 | 45,8 | 52,3 | 71,1 | 82,4 | 97,1 | 100,0 |
| 5 a 10 | 609.722 | 6,6 | 34,6 | 40,7 | 61,6 | 75,1 | 94,8 | 100,0 |
| 10 a 20 | 781.321 | 6,2 | 26,8 | 32,3 | 53,0 | 67,7 | 91,9 | 100,0 |
| 20 a 50 | 1.261.903 | 5,6 | 20,6 | 25,7 | 46,4 | 61,6 | 89,1 | 100,0 |
| 50 a 100 | 1.108.107 | 5,0 | 16,8 | 21,4 | 43,0 | 59,2 | 87,9 | 100,0 |
| 100 a 250 | 1.546.550 | 4,4 | 14,1 | 18,5 | 40,9 | 58,0 | 87,3 | 100,0 |
| 250 a 500 | 1.202.124 | 4,0 | 12,5 | 16,4 | 38,3 | 56,0 | 86,8 | 100,0 |
| 500 a 1000 | 1.122.208 | 3,2 | 11,2 | 14,6 | 34,5 | 52,7 | 85,7 | 100,0 |
| 1000 e mais | 2.308.212 | 2,6 | 7,4 | 9,1 | 21,3 | 36,5 | 79,7 | 100,0 |
| Total setor privado (3) | 10.785.979 | 4,5 | 17,9 | 22,0 | 41,1 | 56,8 | 87,3 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

(2) As classes de tamanho do estabelecimento também incluem o limite superior.

(3) Estão excluídos os estabelecimentos da Administração Pública.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Tamanho do estabelecimento (2) | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 Até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Menos de 1 empregado | 10.226 | 3,2 | 46,0 | 6,0 | 15,4 | 10,5 | 15,7 | 3,2 |
| 1 a 5 | 127.755 | 6,1 | 39,2 | 5,7 | 17,4 | 11,4 | 16,8 | 3,4 |
| 5 a 10 | 155.266 | 6,1 | 29,7 | 5,6 | 19,7 | 13,2 | 21,1 | 4,6 |
| 10 a 20 | 249.363 | 5,7 | 22,9 | 5,6 | 21,5 | 14,6 | 23,6 | 6,1 |
| 20 a 50 | 485.787 | 5,2 | 16,5 | 5,4 | 23,0 | 15,7 | 26,2 | 8,0 |
| 50 a 100 | 495.892 | 4,7 | 11,8 | 4,6 | 24,3 | 17,1 | 28,0 | 9,5 |
| 100 a 250 | 803.018 | 4,4 | 8,9 | 4,1 | 23,9 | 18,2 | 29,5 | 11,0 |
| 250 a 500 | 726.747 | 3,9 | 7,3 | 3,4 | 22,5 | 18,9 | 31,2 | 12,8 |
| 500 a 1000 | 730.251 | 2,8 | 6,9 | 3,2 | 20,1 | 19,7 | 34,2 | 13,1 |
| 1000 e mais | 1.337.039 | 2,1 | 3,8 | 1,7 | 12,9 | 16,6 | 43,3 | 19,6 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 10,2 | 3,6 | 19,8 | 17,2 | 32,8 | 12,7 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes do salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

(2) As classes de tamanho do estabelecimento também incluem o limite superior.

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Tamanho do estabelecimento (2) | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO-MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Menos de 1 empregado | 10.226 | 3,2 | 49,2 | 55,2 | 70,6 | 81,1 | 96,8 | 100,0 |
| 1 a 5 | 127.755 | 6,1 | 45,3 | 51,0 | 68,4 | 79,8 | 96,6 | 100,0 |
| 5 a 10 | 155.266 | 6,1 | 35,8 | 41,4 | 61,1 | 74,3 | 95,4 | 100,0 |
| 10 a 20 | 249.363 | 5,7 | 28,6 | 34,2 | 55,7 | 70,3 | 93,9 | 100,0 |
| 20 a 50 | 485.787 | 5,2 | 21,7 | 27,1 | 50,1 | 65,8 | 92,0 | 100,0 |
| 50 a 100 | 495.892 | 4,7 | 16,5 | 21,1 | 45,4 | 62,5 | 90,5 | 100,0 |
| 100 a 250 | 803.018 | 4,4 | 13,3 | 17,4 | 41,3 | 59,5 | 89,0 | 100,0 |
| 250 a 500 | 726.747 | 3,9 | 11,2 | 14,6 | 37,1 | 56,0 | 87,2 | 100,0 |
| 500 a 1000 | 730.251 | 2,8 | 9,7 | 12,9 | 33,0 | 52,7 | 86,9 | 100,0 |
| 1000 e mais | 1.337.039 | 2,1 | 5,9 | 7,6 | 20,5 | 37,1 | 80,4 | 100,0 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 13,9 | 17,5 | 37,3 | 54,5 | 87,3 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes do salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

(2) As classes de tamanho do estabelecimento também incluem o limite superior.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO - BRASIL - 1976

| Nível de instrução | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Analfabetos e não declarados | 292.186 | 7,2 | 29,5 | 5,0 | 20,9 | 13,5 | 18,8 | 5,1 |
| Alfabetização elementar | 670.934 | 7,2 | 22,5 | 5,8 | 24,9 | 16,3 | 20,3 | 3,0 |
| 1º Grau (1ª a 4ª série incomp.) | 2.338.297 | 5,4 | 16,4 | 5,5 | 24,3 | 18,7 | 26,3 | 3,4 |
| 1º Grau (4ª série completa) | 3.504.598 | 4,7 | 13,8 | 4,5 | 22,0 | 17,4 | 31,6 | 6,0 |
| 1º Grau (5ª a 8ª série incomp.) | 1.247.004 | 5,5 | 15,0 | 4,5 | 19,6 | 15,9 | 30,6 | 8,9 |
| 1º Grau completo | 967.533 | 4,0 | 11,3 | 3,4 | 14,9 | 14,0 | 37,1 | 15,3 |
| 2º Grau incompleto | 576.928 | 3,6 | 10,1 | 3,0 | 14,2 | 15,0 | 38,2 | 15,9 |
| 2º Grau completo | 835.138 | 3,0 | 5,2 | 1,7 | 8,8 | 10,7 | 38,3 | 32,3 |
| Superior incompleto | 315.169 | 3,0 | 2,8 | 1,2 | 5,4 | 7,5 | 36,6 | 43,5 |
| Superior completo | 541.586 | 3,2 | 0,8 | 0,7 | 2,9 | 3,9 | 20,5 | 68,0 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 13,4 | 4,2 | 19,0 | 15,5 | 30,4 | 12,8 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes do salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO - BRASIL - 1976.

| Nível de instrução | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Analfabetos e não declarados | 292.186 | 7,2 | 36,7 | 41,7 | 62,6 | 76,1 | 94,9 | 100,0 |
| Alfabetização elementar | 670.934 | 7,2 | 29,7 | 35,5 | 60,4 | 76,7 | 97,0 | 100,0 |
| 1º Grau (1ª a 4ª série incomp.) | 2.338.297 | 5,4 | 21,8 | 27,3 | 51,6 | 70,3 | 96,6 | 100,0 |
| 1º Grau (4ª série completa) | 3.504.598 | 4,7 | 18,5 | 23,0 | 45,0 | 62,4 | 94,0 | 100,0 |
| 1º Grau (5ª a 8ª série incomp.) | 1.247.004 | 5,5 | 20,5 | 25,0 | 44,6 | 60,5 | 91,1 | 100,0 |
| 1º Grau completo | 967.533 | 4,0 | 15,3 | 18,7 | 33,6 | 47,6 | 84,7 | 100,0 |
| 2º Grau incompleto | 576.928 | 3,6 | 13,7 | 16,7 | 30,9 | 45,9 | 84,1 | 100,0 |
| 2º Grau completo | 835.138 | 3,0 | 8,2 | 9,9 | 18,7 | 29,4 | 67,7 | 100,0 |
| Superior incompleto | 315.169 | 3,0 | 5,8 | 7,0 | 12,4 | 19,9 | 56,5 | 100,0 |
| Superior completo | 541.586 | 3,2 | 4,0 | 4,7 | 7,6 | 11,5 | 32,0 | 100,0 |
| Total BRASIL | 11.289.373 | 4,7 | 18,1 | 22,3 | 41,3 | 56,8 | 87,2 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes do salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO NA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Nível de instrução | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | 1,0 | Mais de 1,0 até 1,1 | 1,1 a 1,5 | 1,5 a 2,0 | 2,0 a 5,0 | Mais de 5,0 |
| Analfabetos e não declarados | 124.880 | 5,1 | 30,6 | 4,6 | 24,6 | 14,3 | 16,0 | 4,8 |
| Alfabetização elementar | 358.326 | 5,3 | 18,2 | 5,0 | 25,7 | 18,0 | 24,3 | 3,5 |
| 1º Grau (1ª a 4ª série incomp.) | 1.298.223 | 3,8 | 11,5 | 4,5 | 24,2 | 21,2 | 30,8 | 4,0 |
| 1º Grau (4ª série completa) | 1.858.908 | 3,8 | 9,4 | 3,7 | 21,3 | 18,8 | 35,4 | 7,6 |
| 1º Grau (5ª a 8ª série incomp.) | 547.563 | 5,3 | 10,6 | 3,7 | 19,2 | 16,1 | 33,4 | 11,7 |
| 1º Grau completo | 321.974 | 3,3 | 7,4 | 2,5 | 13,1 | 13,0 | 38,5 | 22,2 |
| 2º Grau incompleto | 179.057 | 2,3 | 5,9 | 2,1 | 11,3 | 12,9 | 40,9 | 24,6 |
| 2º Grau completo | 223.350 | 1,2 | 2,4 | 0,8 | 5,8 | 7,5 | 37,5 | 44,8 |
| Superior incompleto | 92.182 | 0,8 | 1,3 | 0,5 | 2,8 | 4,4 | 32,3 | 57,9 |
| Superior completo | 116.881 | 0,3 | 0,5 | 0,2 | 0,9 | 2,6 | 9,0 | 86,5 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 10,2 | 3,6 | 19,8 | 17,2 | 32,8 | 12,7 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes do salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.

TABELA 17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL ACUMULADA DO EMPREGO POR CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO NA INDÚSTRIA - BRASIL - 1976

| Nível de instrução | Total de empregos | CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL (1) | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Menos de 1,0 | Até 1,0 | Até 1,1 | Até 1,5 | Até 2,0 | Até 5,0 | Total |
| Analfabetos e não declarados | 124.880 | 5,1 | 35,7 | 40,3 | 64,9 | 79,2 | 95,2 | 100,0 |
| Alfabetização elementar | 358.326 | 5,3 | 23,5 | 28,5 | 54,2 | 72,2 | 96,5 | 100,0 |
| 1º Grau (1ª a 4ª série incomp.) | 1.298.223 | 3,8 | 15,3 | 19,8 | 44,0 | 65,2 | 96,0 | 100,0 |
| 1º Grau (4ª série completa) | 1.858.908 | 3,8 | 13,2 | 16,9 | 38,2 | 57,0 | 92,4 | 100,0 |
| 1º Grau (5ª a 8ª série incomp.) | 547.563 | 5,3 | 15,9 | 19,6 | 38,8 | 54,9 | 88,3 | 100,0 |
| 1º Grau completo | 321.974 | 3,3 | 10,7 | 13,2 | 26,3 | 39,3 | 77,8 | 100,0 |
| 2º Grau incompleto | 179.057 | 2,3 | 8,2 | 10,3 | 21,6 | 34,5 | 75,4 | 100,0 |
| 2º Grau completo | 223.350 | 1,2 | 3,6 | 4,4 | 10,2 | 17,7 | 55,2 | 100,0 |
| Superior incompleto | 92.182 | 0,8 | 2,1 | 2,6 | 5,4 | 9,8 | 42,1 | 100,0 |
| Superior completo | 116.881 | 0,3 | 0,8 | 1,0 | 1,9 | 4,5 | 13,5 | 100,0 |
| Total Indústria | 5.121.344 | 3,7 | 13,9 | 17,5 | 37,3 | 54,5 | 87,3 | 100,0 |

Fonte: Tabela montada a partir do conjunto de tabelas do Capítulo 6 do Anuário do Trabalho,1976, Ministério do Trabalho, Brasília, 1980.

OBS. : (1) As classes de salário mínimo são regionais. A menos que especificado o contrário elas incluem o extremo superior de classe.



## 3. A QUESTÃO DOS PISOS SALARIAIS

A negociação de pisos salariais entre empregadores e empregados tornou-se uma prática cada vez mais frequente nos últimos anos. O piso salarial, quando se tratando de trabalhadores não qualificados, pode ser identificado com a taxa de salários definida por Souza e Baltar. (1) Por outro lado, a própria negociação de pisos salariais já mostra uma preocupação dos trabalhadores em procurarem afastar seus salários dos níveis do salário mínimo, o que, de uma certa forma, seria um argumento adicional no sentido de mostrar o importante papel deste último na determinação da taxa de salário na economia.

Há vários anos o DIEESE vem acompanhando as negociações salariais no Brasil, inclusive de pisos salariais, o que nos permite apresentar alguns dados sobre a questão. A Tabela 18 mostra a distribuição dos pisos salariais acompanhados pelo DIEESE em 51 negociações efetuadas no Estado de São Paulo em 1979. (2) Como se pode verificar, em apenas 5 casos (9,8%) eles não ultrapassaram 1,1 salários mínimos. Entretanto, quando consideramos os pisos salariais até 1,5 SM encontramos 66,6% das categorias. Somente 15,8% (8 casos) possuiam naquele ano pisos superiores a 2 SM, dos quais 5 correspondiam exclusivamente a trabalhadores qualificados. (3) Apenas entre os metalúrgicos da região do ABC e do interior do Estado, e químicos (refinação de petróleo) de Paulínia e Cubatão podiam ser encontrados trabalhadores não-qualificados. (4) Nestes três casos, trata-se de categorias bastante organizadas, com sindicatos fortes, o que lhes permitia obter pisos salariais de 2,05, 2,05 e 2,36 SM respectivamente.

Três anos mais tarde, em 1982, apesar da crise econômica, o movimento sindical já se encontrava mais organizado, o que acarretou a negociação de pisos salariais mais favoráveis no Estado de São Paulo. A Tabela 19 apresenta a distribuição destes pisos para 48 categorias acompanhadas pelo DIEESE. (5) Como se pode observar a faixa modal se encontrava entre 1,5 e 2 SM, havendo ainda 12 categorias (25,0%) com pisos salariais superiores a 2 SM. Havia entre estas últimas metalúrgicos, metroviários, trabalhadores em papel e papelão, cimento, bebidas, etc., mostrando com isso, que os trabalhadores não-qualificados destas categorias estavam conseguindo pisos salariais superiores a 2 SM em 1982.

Quando incluimos todas as categorias cujos pisos salariais foram acompanhados pelo DIEESE em 1982 - 110 categorias - a situação se modifica consideravelmente.(6) Como se pode verificar pela Tabela 20, 17 categorias negociaram pisos até 1,1 SM (15,5%), sendo apenas 2 em São Paulo. A faixa modal corresponde a 1,1/1,5 SM com 40 categorias. No total encontramos 51,9% das categorias com pisos até 1,5 SM. Somente 14 categorias obtiveram pisos salariais na faixa . 2/3 SM, sendo que no caso de trabalhadores fora do Estado de São Paulo observa-se apenas os bancários de Brasilia (2,1 SM) e os metalúrgicos da Alcan Alumínio do Brasil S/A de São Julião (MG). As três categorias com pisos superiores a 3 SM correspondem a jornalistas.(7)

Os dados acima, em vez de mostrarem uma diminuição da importância do salário na economia, possivelmente refletem uma maior organização sindical nos últimos anos. Como se pode verificar, os pisos salariais ainda se encontram referidos ao salário mínimo, sendo, na sua maioria, um valor pouco superior ao salário mínimo.

Verifica-se, por outro lado, que o núcleo mais desenvolvido do capitalismo, que está localizado no Estado de São Paulo, permite a fixação de pisos salariais mais elevados do que no restante do país. Além da maior organização sindical neste Estado, também devemos levar em consideração os maiores níveis de produtividade deste polo dinâmico da economia brasileira, juntamente com a capacidade de fixação de preços dos oligopólios, que lhes permite repassar as eventuais elevações de custos salariais aos preços dos produtos.

-o-o-o-o-o-o-

Uma vez discutida a distribuição dos pisos salariais, resta saber se os trabalhadores não qualificados recebem efetivamente o piso salarial, ou se a distribuição de seus salários se afasta do salário mínimo da categoria. É esta a questão que passamos a abordar no restante desta seção.

Inicialmente apresentamos na Tabela 21 a distribuição salarial dos trabalhadores horistas não-qualificados de uma grande empresa do setor de Material de Transporte de São Bernardo do Campo conforme se apresentava no mês de março de 1980.(8)



NOTAS DA SEÇÃO 2

1. Macedo e Garcia, op. cit.
2. Souza e Baltar, op. cit.
3. Wells e Drobny, op. cit.
4. Idem, p. 905.
5. Ibidem.
6. Os dados correspondem ao antigo Estado da Guanabara e ao Estado de São Paulo. Especialmente no caso do Rio de Janeiro, os dados de 1974 apresentam-se totalmente inconsistentes com o restante da série quando comparados os diversos setores industriais. Nossa experiência de trabalho com os dados da Lei dos 2/3 mostra que esta fonte é pouco confiável.
7. A crítica em relação à utilização da mediana foi feita por Souza e Baltar, op. cit., pp. 642/644, referindo-se aos artigos de Bacha, Edmar, e L. Taylor, "Brazilian Income Distribution in the 1960's: Facts', Model Results and the Controversy", Journal of Development Studies, v. 14, n. 3, Abril de 1978, e Bacha, Edmar, "Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais: o Caso do Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, n. 3, Dezembro de 1979.
8. Optamos pela não utilização do percentual de trabalhadores recebendo até 1 salário mínimo, como feito por Wells e Drobny, na medida em que qualquer procedimento utilizado para as interpolações distorceria muito os resultados, prejudicando a análise.
9. A RAIS fornece informações sobre número de empregos ocupados. Como um mesmo trabalhador pode eventualmente ocupar mais de um emprego, o número de trabalhadores cobertos pela RAIS numa determinada época é ligeiramente inferior ao total de empregos ocupados . Para facilitar o texto, entretanto, identificaremos o número de empregos com o número de trabalhadores.
10. A cobertura da RAIS é melhor em setores onde o mercado formal de trabalho é mais importante, como é o caso da indústria. Na agricultura, por exemplo, a cobertura da RAIS é mínima, uma vez que são muito poucos os estabelecimentos agrícolas onde as relações de emprego estão legalmente registradas.
11. Estes dados estão tabulados no capítulo 6 do Anuário do Trabalho-1976, Ministério do Trabalho, 1980. As tabulações efetuadas para

os dados da RAIS a partir de 1977 consideram faixas de "remuneração" em vez de "salário", utilizando como unidade padrão o maior salário mínimo do país.

12. Os dados são apresentados em grupos de duas tabelas através de distribuições simples e distribuições acumuladas por classes de salário mínimo regional.

13. O caso de Roraima deve ser considerado à parte, uma vez que seus dados estão possivelmente distorcidos pela pouca representatividade dos estabelecimentos cobertos neste Território pela pesquisa da RAIS de 1976.

14. Nas Tabelas 10 e 11 estão excluidos os dados da Administração Pública.

15. É claro que esta identificação não é perfeita, uma vez que existem grandes estabelecimentos que não fazem parte do núcleo dinâmico da economia, ao mesmo tempo em que estabelecimentos de porte médio podem fazer parte deste núcleo.

16. Aqui também a identificação é apenas aproximada. Além disso, um contingente elevado dos trabalhadores não qualificados levantados pela RAIS não participam do núcleo dinâmico de economia capitalista.



Como se pode verificar, uma porcentagem muito pequena dos trabalhadores não qualificados recebia exatamente o piso salarial da categoria (Cr$ 24,44 por hora), tratando-se quase que exclusivamente de serventes de limpeza. Observa-se, entretanto, que o nível imediatamente acima do piso corresponde à moda da distribuição com 28,4% dos trabalhadores não qualificados. Até o quarto nível (Cr$ 30,40) encontrávamos mais da metade dos trabalhadores. Se considerarmos, por exemplo, o décimo primeiro nível salarial (Cr$ 49,70), que corresponde aproximadamente a duas vezes o piso da categoria, encontramos mais de 90% dos trabalhadores não-qualificados recebendo salários menores ou iguais a este nível.

Pode-se, portanto, afirmar que no caso da empresa em questão, é efetivamente o piso salarial da categoria o determinante principal do nível salarial dos trabalhadores não qualificados.(9)

-o-o-o-o-o-o-

Os últimos dados analisados nesta seção se referem à distribuição salarial dos empregados das empresas Metalúrgicas, Mecânicas, de Material de Transporte, e de Material Elétrico em dois polos industriais importantes do Estado de São Paulo - Osasco e Guarulhos - em 1982. O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e de Guarulhos na época (março de 1982) era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos. Infelizmente, os dados não foram tabulados separando-se os trabalhadores não qualificados dos qualificados.(10)

Os dados das Tabelas 22 e 23 mostram mais uma vez que os percentuais de trabalhadores recebendo exatamente o piso salarial são pequenos - 3,9% em Osasco e 5,9% em Guarulhos. Entretanto, estes percentuais se elevam consideravelmente quando consideramos faixas salariais em torno do piso. Assim, 19,9% dos metalúrgicos de Osasco e 21,2% em Guarulhos recebem até 2 SM. Se considerarmos os trabalhadores que recebem até 2 pisos salariais (3 SM) encontramos 39,6% em Osasco e 46,8% em Guarulhos. É basicamente nesta faixa que estão localizados os trabalhadores metalúrgicos não qualificados.

Dois pontos merecem ser mencionados quando se faz a análise dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos. Em primeiro lugar, observa-se que os salários em torno do piso da categoria são mais frequentes

para trabalhadores do sexo feminino do que para o sexo masculino. Isto pode ser verificado através das Tabelas 24 e 25. Infelizmente os dados não permitem que se verifique se a razão para este fato se deve a um maior percentual de mulheres exercendo tarefas não-qualificadas ou se é o caso de discriminação sexual na fixação das remunerações.

A segunda observação refere-se aos salários pagos pelas empresas estrangeiras comparativamente às nacionais. Como se pode verificar nas Tabelas 26 e 27 os percentuais de trabalhadores recebendo em torno do piso salarial são muito mais elevados nas empresas nacionais do que nas estrangeiras. Também aqui, nada podemos concluir acerca da razão para estas diferenças, uma vez que os dados não detalham o grau de qualificação dos empregados das diversas empresas.(11)

Para finalizar esta seção apresentamos a distribuição salarial das maiores empresas de Osasco e Guarulhos. Foram identificadas 12 empresas com mais de 1.000 empregados cujos dados são apresentados na Tabela 28. Este grupo é constituído por 8 empresas estrangeiras e 4 nacionais. Dentre elas, 7 são do setor de Material Elétrico, 2 de Material de Transporte, 2 Metalúrgicas, e 1 Mecânica.

Excetuando-se a Bardella, onde 17,6% dos empregados recebem exatamente o piso salarial, nas outras estes percentuais são insignificantes ou nulos. Também no entorno do piso salarial - até 2 salários mínimos - encontramos pequenos percentuais de empregados, exceções feitas às empresas nacionais Bardella e Persico Pizzamiglio, onde encontramos 21,1% e 16,2% dos trabalhadores respectivamente. É preciso atingir 2 pisos salariais (3 SM) para encontrarmos percentuais elevados de trabalhadores recebendo abaixo deste limite. São exemplos as empresas estrangeiras Philco, NEC do Brasil e Microlite, com 48,4%, 47,6% e 43,4% respectivamente dos trabalhadores com salários até 2 pisos salariais. De qualquer forma, convém observar que em algumas empresas, tais como a Cimaf, a Brown Boveri, a Olivetti e a Asea, os percentuais de empregados recebendo até 2 pisos salariais são bastante baixos, mal atingindo 10%. Apesar de não podermos identificar onde estão localizados os trabalhadores não qualificados, é possível supor que em alguns casos isolados estes trabalhadores podem estar recebendo salários relativamente superiores ao piso salarial da categoria.



Como conclusão desta seção, podemos afirmar que é inegável a ligação existente entre os pisos salariais das categorias mais organizadas dos trabalhadores e o salário mínimo. Por outro lado, um percentual elevado dos trabalhadores não qualificados recebem salários próximos ao piso salarial de suas respectivas categorias. Sendo assim, não resta dúvida que existe uma forte relação entre o salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira.

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DE PISOS SALARIAIS NEGOCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979

| Faixas de Salário Mínimo | Número de Categorias | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| Até 1,1 S.M. | 5 | 9,8 | 9,8 |
| 1,1/1,5 S.M. | 29 | 56,8 | 66,6 |
| 1,5/2 S.M. | 9 | 17,6 | 84,2 |
| 2/3 S.M. | 6 | 11,8 | 96,0 |
| 3/4 S.M. | 1 | 2,0 | 98,0 |
| 4/5 S.M. | 1 | 2,0 | 100,0 |
| Mais de 5 S.M. | - | - | 100,0 |
| T o t a l | 51 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados obtidos a partir da publicação do DIEESE "Balanço Anual dos Reajustes Salariais de 1979".

OBS. : As faixas salariais incluem o limite superior. Foram consideradas todas as categorias com informação de piso salarial, dividindo-se o piso negociado pelo salário mínimo vigente no mês da negociação.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DE PISOS SALARIAIS NEGOCIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1982

| Faixas de Salário Mínimo | Número de Categorias | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| Até 1,1 S.M. | 2 | 4,2 | 4,2 |
| 1,1/1,5 S.M. | 16 | 33,3 | 37,5 |
| 1,5/2 S.M. | 18 | 37,5 | 75,0 |
| 2/3 S.M. | 12 | 25,0 | 100,0 |
| 3/4 S.M. | - | - | 100,0 |
| 4/5 S.M. | - | - | 100,0 |
| Mais de 5 S.M. | - | - | 100,0 |
| T o t a l | 48 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados obtidos a partir do Boletim do DIEESE, Janeiro a Dezembro/1982.

OBS. : As faixas salariais incluem o limite superior. Foram consideradas todas as categorias com informação de piso salarial, dividindo-se o piso negociado pelo salário mínimo vigente no mês da negociação.

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DE PISOS SALARIAIS NEGOCIADOS NO BRASIL - 1982

| Faixas de Salário Mínimo | Número de Categorias | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| Até 1,1 S.M. | 17 | 15,5 | 15,5 |
| 1,1/1,5 S.M. | 40 | 36,4 | 51,9 |
| 1,5/2 S.M. | 36 | 32,7 | 84,6 |
| 2/3 S.M. | 14 | 12,7 | 97,3 |
| 3/4 S.M. | 1 | 0,9 | 98,2 |
| 4/5 S.M. | 1 | 0,9 | 99,1 |
| Mais de 5 S.M. | 1 | 0,9 | 100,0 |
| T o t a l | 110 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Dados obtidos a partir do Boletim do DIEESE, Janeiro/Dezembro, 1982.

OBS. : As faixas salariais incluem o limite superior. Foram considerada todas as categorias com informação de piso salarial, dividindo-se o piso salarial negociado pelo salário mínimo vigente no respectivo Estado no mês da negociação.

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES HORISTAS NÃO QUALIFICADOS DE UMA GRANDE EMPRESA DO SETOR DE MATERIAL DE TRANSPORTE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - MARÇO DE 1980

| Salário-Hora (em cruzeiros) | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| 24,44 (piso) | 105 | 8,0 | 8,0 |
| 26,53 | 374 | 28,4 | 36,4 |
| 28,66 | 165 | 12,5 | 48,9 |
| 30,40 | 39 | 3,0 | 51,9 |
| 32,23 | 201 | 15,3 | 67,2 |
| 35,39 | 49 | 3,7 | 70,9 |
| 38,28 | 60 | 4,6 | 75,5 |
| 41,09 | 87 | 6,6 | 82,1 |
| 44,11 | 33 | 2,5 | 84,6 |
| 47,44 | 43 | 3,3 | 87,9 |
| 49,70 | 40 | 3,0 | 90,9 |
| 51,92 | 43 | 3,3 | 94,2 |
| 54,26 | 21 | 1,6 | 95,8 |
| 56,89 | 8 | 0,6 | 96,4 |
| 60,24 | 10 | 0,8 | 97,2 |
| 63,26 | 7 | 0,5 | 97,7 |
| 66,13 | 9 | 0,7 | 98,4 |
| 69,07 | 10 | 0,8 | 99,2 |
| 72,77 | 11 | 0,8 | 100,0 |
| T o t a l | 1.315 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela subseção do DIEESE de São Bernardo do Campo.

OBS. : O piso salarial horário (Cr$ 24,44) correspondia a duas vezes o salário mínimo horário da época no Estado de São Paulo (Cr$ 12,22).

TABELA 22 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - OSASCO - MARÇO DE 1982

| Faixas Salariais | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| 1,5 S.M. (piso) | 1.378 | 3,9 | 3,9 |
| Até 2 S.M. | 6.992 | 19,9 | 19,9 |
| 2/3 S.M. | 6.953 | 19,7 | 39,6 |
| 3/6 S.M. | 11.853 | 33,7 | 73,3 |
| Mais de 6 S.M. | 9.425 | 26,7 | 100,0 |
| T o t a l | 35.223 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicase de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.

TABELA 23 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - GUARULHOS - MARÇO DE 1982

| Faixas Salariais | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
|---|---|---|---|
| 1,5 S.M. (piso) | 2.745 | 5,9 | 5,9 |
| Até 2 S.M. | 9.805 | 21,2 | 21,2 |
| 2/3 S.M. | 11.863 | 25,6 | 46,8 |
| 3/6 S.M. | 16.438 | 35,5 | 82,3 |
| Mais de 6 S.M. | 8.190 | 17,7 | 100,0 |
| T o t a l | 46.296 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicase de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.

TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS POR SEXO - OSASCO - MARÇO DE 1982

| Faixas Salariais | HOMENS | | | MULHERES | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número de Trabalhadores | Percentagm | Percentagem Acumulada | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
| 1,5 S.M. (piso) | 1.071 | 3,6 | 3,6 | 307 | 5,5 | 5,5 |
| Até 2 S.M. | 4.706 | 15,9 | 15,9 | 2.286 | 40,8 | 40,8 |
| 2/3 S.M. | 5.293 | 17,9 | 33,8 | 1.660 | 29,6 | 70,4 |
| 3/6 S.M. | 10.615 | 35,8 | 69,6 | 1.238 | 22,1 | 92,5 |
| Mais de 6 S.M. | 9.000 | 30,4 | 30,4 | 425 | 7,5 | 100,0 |
| Total | 29.614 | 100,0 | 100,0 | 5.609 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.



TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS POR SEXO - GUARULHOS - MARÇO DE 1982

| Faixas Salariais | HOMENS | | | MULHERES | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
| 1,5 S.M. (piso) | 2.150 | 5,6 | 5,6 | 595 | 7,4 | 7,4 |
| Até 2 S.M. | 7.478 | 19,6 | 19,6 | 2.327 | 29,1 | 29,1 |
| 2/3 S.M. | 8.673 | 22,6 | 42,2 | 3.190 | 39,9 | 69,0 |
| 3/6 S.M. | 14.455 | 37,7 | 79,9 | 1.983 | 24,8 | 93,8 |
| Mais de 6 S.M. | 7.690 | 20,1 | 100,0 | 500 | 6,2 | 100,0 |
| Total | 38.296 | 100,0 | 100,0 | 8.000 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.

TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS POR ORIGEM DE CAPITAL DA EMPRESA - OSASCO - MARÇO 1982

| Faixas Salariais | CAPITAL NACIONAL | | | CAPITAL ESTRANGEIRO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
| 1,5 S.M. (piso) | 1.224 | 6,8 | 6,8 | 159 | 0,9 | 0,9 |
| Até 2 S.M. | 4.810 | 26,7 | 26,7 | 2.182 | 12,7 | 12,7 |
| 2/3 S.M. | 4.012 | 22,2 | 48,9 | 2.941 | 17,1 | 29,8 |
| 3/6 S.M. | 5.636 | 31,2 | 80,1 | 6.217 | 36,2 | 66,0 |
| Mais de 6 S.M. | 3.587 | 19,9 | 100,0 | 5.838 | 34,0 | 100,0 |
| T o t a l | 18.045 | 100,0 | 100,0 | 17.178 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. - O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.



TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS POR ORIGEM DO CAPITAL DA EMPRESA - GUARULHOS - MARÇO DE 1982

| Faixas Salariais | CAPITAL NACIONAL | | | CAPITAL ESTRANGEIRO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada | Número de Trabalhadores | Percentagem | Percentagem Acumulada |
| 1,5 S.M. (piso) | 2.564 | 10,2 | 10,2 | 181 | 0,9 | 0,9 |
| Até 2 S.M. | 8.504 | 34,0 | 34,0 | 1.301 | 6,1 | 6,1 |
| 2/3 S.M. | 6.307 | 25,2 | 59,2 | 5.556 | 26,1 | 32,2 |
| 3/6 S.M. | 7.404 | 29,6 | 88,8 | 9.034 | 42,5 | 74,7 |
| Mais de 6 S.M. | 2.808 | 11,2 | 100,0 | 5.382 | 25,3 | 100,0 |
| T o t a l | 25.023 | 100,0 | 100,0 | 21.273 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos.

TABELA 28 - DISTRIBUIÇÃO SALARIAL ACUMULADA DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DAS MAIORES EMPRESAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL DE TRANSPORTE E DE MATERIAL ELÉTRICO - OSASCO E GUARULHOS - MARÇO DE 1982

| Empresa | Local | Setor | Origem do Capital | Número de Empregados | 1,5 SM (piso) | Até 2 SM | Até 3 SM (2 pisos) | Até 6 SM (4 pisos) | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Cobrasma | Osasco | Mat. Transporte | Nacional | 3.802 | 0,3 | 3,9 | 20,2 | 56,9 | 100,0 |
| Braseixos | Osasco | Mat. Transporte | Estrangeiro | 3.033 | 0,2 | 7,4 | 19,9 | 62,0 | 100,0 |
| Brown Boveri | Osasco | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 2.784 | - | 3,3 | 10,8 | 44,5 | 100,0 |
| Bardella | Guarulhos | Mecânica | Nacional | 2.275 | 17,6 | 21,4 | 33,3 | 69,6 | 100,0 |
| Philips | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 2.119 | - | 1,4 | 28,1 | 73,2 | 100,0 |
| Perkico Pizzamiglio | Guarulhos | Metalurgia | Nacional | 2.117 | - | 16,2 | 38,1 | 80,4 | 100,0 |
| NEC do Brasil | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 1.657 | - | 5,4 | 47,6 | 73,4 | 100,0 |
| Philco | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 1.652 | - | 0,4 | 48,4 | 81,0 | 100,0 |
| Microlite | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 1.550 | 0,5 | 2,4 | 43,4 | 78,5 | 100,0 |
| Olivetti | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 1.462 | 1,4 | 4,6 | 10,8 | 74,6 | 100,0 |
| Cimaf | Osasco | Metalurgia | Nacional | 1.437 | - | 0,7 | 1,2 | 65,8 | 100,0 |
| Asea | Guarulhos | Mat. Elétrico | Estrangeiro | 1.102 | 0,1 | 4,7 | 11,4 | 57,4 | 100,0 |

Fonte: Guias de Contribuição Sindical computadas pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico do Estado de São Paulo.

OBS. : O piso salarial dos metalúrgicos de Osasco e Guarulhos em março de 1982 era de Cr$ 17.520,00, correspondendo aproximadamente a 1,5 salários mínimos. São apresentadas nesta tabela todas as empresas com mais de 1.000 empregados.



NOTAS DA SEÇÃO 3

1. Souza e Baltar, op. cit. Para isto basta verificar se os pisos salariais são efetivamente utilizados para remunerar os trabalhadores não qualificados na economia brasileira.

2. DIEESE, Balanço Anual, Reajustes Salariais, 1979.

3. Condutores de veículos e jornalistas de várias regiões do Estado de São Paulo.

4. Embora possa parecer estranho, é possível que um metalúrgico seja um trabalhador não qualificado. Podemos exemplificar com o caso de um servente de limpeza que trabalhe numa empresa que negocie salários com um sindicato de metalúrgicos.

5. Os dados das Tabelas 18 e 19 não são estritamente comparáveis uma vez que as 48 categorias acompanhadas pelo DIEESE em 1982 não são exatamente as mesmas de 1979, havendo inclusões e exclusões.

6. Neste grupo de 110 categorias estão representados 13 Estados e o Distrito Federal da seguinte forma: São Paulo - 48; Rio Grande do Sul - 20; Paraná - 10; Minas Gerais - 8; Rio de Janeiro - 7; Goiás - 3; Santa Catarina e Distrito Federal - 2 cada; Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte - 1 cada. Além disso, havia 3 categorias de aeroviários cujas negociações são regionais.

7. Por ordem crescente de piso salarial estas três categorias são respectivamente os jornalistas de Porto Alegre, Distrito Federal e Paraná.

8. Os dados nos foram gentilmente oferecidos pela sub-seção do DIEESE de São Bernardo do Campo. São os seguintes os 25 cargos considerados não qualificados: ajudante; ajudante limpeza; ajudante geral; auxiliar serviços gerais; copeira; embalador motores; embalador peças; embalador conjunto p/exportação; lavador lubrificador; limpador material; praticante produção; praticante restaurador; prático produção; prático restaurante; rebarbador; separador ferramentas; separador peças; servente limpeza; supridor gêneros; supridor gêneros lider; supridor linha; supridor linha livre; supridor produção; supridor produção geral; e temperador.

9. É claro que para entender os diferenciais encontrados entre os salários dos trabalhadores não qualificados devemos também considerar

outros fatores, tais como, o tipo de trabalho efetuado, o tempo de serviço na empresa, etc.

10. Os dados aqui apresentados correspondem a 318 empresas de Osasco e 314 de Guarulhos. Eles foram levantados pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de Transporte do Estado de São Paulo a partir das Guias de Contribuição Sindical.

11. De qualquer forma o resultado não surpreende em função da alta sofisticação das tecnologias utilizadas pelas empresas estrangeiras, que possuem altas taxas de produtividade. Pode-se também especular sobre sua forma de fixação de preços, que permite o pagamento de salários mais altos com elevadas taxas de lucro, através da elevação dos mark-ups.



## 4. CONCLUSÃO

Defendemos neste trabalho a posição que o salário mínimo teve no passado e continua tendo no presente um papel fundamental na determinação da taxa de salários na economia brasileira. Enquanto anteriormente o salário mínimo se confundia com a própria taxa de salário, atualmente ele tem servido de base para a negociação de pisos salariais, cujos valores se situam em sua grande maioria bem próximos ao salário mínimo.

Em última instância a taxa de salários é determinada endogenamente à economia capitalista, atendendo às suas necessidades da acumulação de capital. O papel do salário mínimo seria, portanto, indireto, na medida em que ao fixar os níveis do salário mínimo o governo leva em conta, principalmente, os interesses do capital. Esta, pelo menos, tem sido a experiência brasileira desde a criação do salário mínimo.

Um fator importante que pode deslocar a taxa de salários para níveis superiores ao salário mínimo é o poder da barganha dos sindicatos. Indiscutivelmente, apesar da atual crise econômica, ocorreram mudanças institucionais nos últimos anos que permitiram uma maior organização sindical. Este fato, associado a uma política de manutenção do valor real do salário mínimo, podem justificar uma certa elevação dos pisos salariais de algumas categorias de trabalhadores relativamente ao salário mínimo. Cabe, entretanto, observar, que em uma grande maioria os pisos salariais ainda se encontram bem próximos ao nível do salário mínimo.

É claro que a fixação dos pisos salariais, se por um lado depende do poder reivindicatório dos sindicatos, por outro lado só pode ser efetivada na medida em que sejam atingidos níveis de produtividade compatíveis. Desta forma, pode-se mesmo questionar a aplicação dos pisos salariais, uma vez que o núcleo dinâmico da economia capitalista poderia estar remunerando seus trabalhadores não qualificados acima dos pisos salariais em função de um maior progresso técnico. A evidência encontrada neste trabalho mostra que, embora apenas um pequeno percentual de trabalhadores receba exatamente o piso salarial de sua categoria, a grande maioria dos não qualificados têm salários fixados bem próximo deste valor.

Concluindo, podemos afirmar que o importante papel do salário mínimo como determinante da remuneração dos trabalhadores não qualificados no mercado formal de trabalho no Brasil é inquestionável. No caso do núcleo dinâmico da economia capitalista sua importância surge em termos indiretos, na medida em que os pisos salariais estão intimamente relacionados ao salário mínimo. Desta forma, do ponto de vista da classe trabalhadora, não resta dúvida que a luta pela elevação dos atuais níveis do salário mínimo está tão presente quanto esteve no passado.



BIBLIOGRAFIA


- Bacha, Edmar, "Crescimento Econômico, Salários Urbanos e Rurais: O Caso do Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, n. 3, Dezembro de 1979.
- Bacha, Edmar e L. Taylor, "Brazilian Income Distribution in the 1960's: Facts', Model Results and the Controversy", Journal of Development Studies, v. 14, n. 3, Abril de 1978.
- DIEESE, Balanço Anual - Reajustes Salariais, 1979.
- DIEESE, Boletim do DIEESE, Janeiro a Dezembro de 1982.
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Distribuição Salarial, Metalúrgicos de Guarulhos, 1982.
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, Distribuição Salarial, Metalúrgicos de Osasco, 1982.
- Macedo, Roberto, "Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil", Estudos Econômicos, v. 11, n. 1, Março de 1981.
- Macedo, Roberto e Manuel Enriquez Garcia, "Observações sobre a Política Brasileira de Salário Mínimo", Trabalho para Discussão, n. 27, IPE/USP, Junho de 1978.
- Macedo, Roberto e Manuel Enriquez Garcia, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Comentário", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 10, n. 3, Dezembro de 1980.
- Ministério do Trabalho, Anuário do Trabalho-1976, Brasilia, 1980.
- Ministério do Trabalho, Boletim Técnico, vários números.
- Souza, Paulo Renato, Emprego, Salários e Pobreza, Hucitec-Funcamp, São Paulo, 1980.
- Souza, Paulo Renato, "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrazadas", Tese de Doutorado, Unicamp, 1980.
- Souza, Paulo Renato e Paulo Eduardo Baltar, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 9, n. 3, Dezembro de 1979.

- Souza, Paulo Renato e Paulo Eduardo Baltar, "Salário Mínimo e Taxa de Salários no Brasil - Réplica", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 10, n. 3, Dezembro de 1980.

- Saboia, João L. M., "Evolução Histórica do Salário Mínimo no Brasil-Fixação, Valor Real e Diferenciação Regional", mimeo, IEI/UFRJ, Junho de 1983.

- Tavares, Maria da Conceição e Paulo Renato Souza, "Emprego e Salários na Indústria", Revista de Economia Política, v. 1, n. 1, Janeiro/Março de 1981.

- Wells, John e Andrés Drobny, "A Distribuição da Renda e o Salário Mínimo no Brasil: Uma Revisão Crítica da Literatura Existente", Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 12, n. 3, Dezembro de 1982.